

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acordo livra contribuinte de multa e juros em caso de empate no Carf..... 2

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração do Imposto de Renda de 2023 será enviada de 15 de março a 31 de maio..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo fecha acordo com OAB e mantém voto de qualidade no Carf..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Pacote de Haddad é band-aid e não resolve 2024", afirma Mendes..... 6

RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal do DF apreendeu mais de R\$ 512 milhões em mercadorias de empresas que
sonegavam o ICMS
..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária prevê "cashback de imposto" para os mais pobres, diz Appy..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Banco Central e mercado estão chantageando o governo..... 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rever meta de inflação é risco desnecessário (Editorial)..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e nova âncora abrem espaço para queda de juro, diz Esteves..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo decide elevar mínimo e tabela do IR..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma deve usar PECs já discutidas no Congresso, diz Appy..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Governo vai anunciar reajuste médio de 40% em bolsas de pós-graduação..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Desenrola e programas de alívio financeiro (Artigo)..... 23

Acordo livra contribuinte de multa e juros em caso de empate no Carf



O ministro Fernando Haddad, com acordo, governo espera preservar o voto de qualidade do Carf, que garante à Fazenda a manutenção das cobranças quando há empate. Receita Federal - 14 Jun 2023

Idiana Tomazelli Nathalia Garcia José Marques

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) selou um acordo para livrar contribuintes de pagar juros e multas em caso de empate nos julgamentos administrativos envolvendo dívidas tributárias.

A expectativa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), é conseguir, com isso, preservar o chamado voto de qualidade do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que garante à Fazenda a manutenção das cobranças quando há empate -ainda que o acerto signifique conceder descontos no pagamento dos débitos.

A negociação, proposta por empresários e avalizada por Haddad, busca evitar um revés do governo na discussão do pacote econômico com o Congresso Nacional.

Os parlamentares derrubaram o voto de qualidade em 2020, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), e vinham resistindo à investida do governo Lula para retomar o instrumento. O presidente editou, em janeiro, uma MP (medida provisória) para restabelecer o voto de qualidade, com vigência imediata.

"Foi uma polêmica muito grande, todos nós aprendemos com a situação e encaminhamos, então, ao Supremo Tribunal Federal, um entendimento que tem a vigência enquanto durar a medida provisória no Congresso Nacional", disse Haddad a jornalistas, após reunião no STF para fechar o acordo.

Segundo ele, o acerto terá neste momento um efeito temporário -a MP tem vigência de até 120 dias, período em que precisa ser validada pelo Legislativo-, mas a expectativa é que os parlamentares incorporem

os termos na votação.

"Espero que os parâmetros estabelecidos no acordo sirvam de guia para o julgamento do Congresso Nacional e eventual sanção do presidente da República", disse o ministro.

O acordo prevê uma espécie de "regulamentação" do voto de qualidade: em caso de empate, permanece a cobrança do valor principal do débito, mas caem as multas e os juros, desde que a dívida seja quitada ainda em âmbito administrativo.

Os contribuintes contemplados terão um prazo de 90 dias para sinalizar o interesse de encerrar a disputa e, neste caso, poderão efetuar o pagamento em até 12 parcelas mensais. Em caso de não pagamento nos termos previstos ou de inadimplência de qualquer uma das parcelas, a cobrança dos juros será retomada.

Além disso, se as empresas decidirem manter o questionamento por meio de recurso à Justiça, os juros também serão reincorporados ao débito, mas as multas permanecerão extintas.

"Nós passamos a reconhecer o empate como uma coisa que coloca o contribuinte numa situação que exclui a punibilidade. Se houve empate, a gente tem de levar em consideração o fato de que havia uma dúvida importante sobre aquele tributo. Então, cai a multa independentemente de ele pagar na esfera administrativa ou não", explicou Haddad.

Segundo ele, a partir da dúvida gerada no julgamento, não seria mais possível atribuir ao devedor uma multa por "má-fé" ao não recolher o imposto devido.

O acordo foi formalizado em petição do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que havia questionado a MP do governo no STF. A expectativa é que uma medida cautelar seja concedida pela Corte permitindo a aplicação dos termos acertados.

Como mostrou a Folha, o acordo é alvo de críticas de técnicos da **Receita Federal** e do sindicato da categoria, que veem incentivo ao litígio pois mais empresas recorreriam ao **Carf** na tentativa de se livrar dos encargos. Além disso, sem a correção por juros sobre o montante cobrado, a **inflação** vai corroer o

valor real da dívida, ampliando as perdas da União e penalizando de forma indireta quem pagou o tributo em dia.

Haddad disse que as críticas são "válidas", mas a opção do governo foi negociar a reversão de uma situação que estava impondo prejuízos ao governo federal. Sem o voto de qualidade, o empate estava livrando as empresas de pagar qualquer valor ao Fisco.

"Na minha opinião, o governo anterior errou. Temos de corrigir os erros cometidos pela gestão anterior, não é fácil desfazer esse tipo de erro", afirmou o ministro. "O preço do erro é esse. Nós momentaneamente temos de abrir mão disso para reverter [a derrubada do] voto de qualidade."

Haddad ressaltou que a maior parte do estoque de dívidas no **Carf** está concentrada na mão de poucos contribuintes. "Estamos falando de 120, 130 empresas que respondiam por R\$ 600 bilhões, metade do estoque em valor do **Carf**", disse.

"Uma [única] empresa está devendo R\$ 100 bilhões para a **Receita Federal**. É uma estatal. Por aí vê o conjunto de coisas erradas que estavam sendo feitas contra o Estado brasileiro, contra a Constituição brasileira", acrescentou o ministro, sem citar o nome da companhia.

Com a negociação, ele prevê manter o volume de arrecadação projetado pelo governo no anúncio do pacote de medidas econômicas. Os "incentivos extraordinários" ligados ao **Carf** e à denúncia espontânea resultariam em arrecadação de R\$ 50 bilhões neste ano, segundo a Fazenda.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50188&maxTouch=0&_ga=2.249051333.391898770.1676265562-1380897342.1635735907

Declaração do Imposto de Renda de 2023 será enviada de 15 de março a 31 de maio

Cristiane Gercina

A **Receita Federal** alterou o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2023. A partir deste ano, os contribuintes terão prazo maior, de 15 de março a 31 de maio. Em geral, a entrega do imposto começava no primeiro útil do mês de março e seguia até o final de abril.

Na pandemia, o prazo também havia sido estendido por três anos seguidos, em 2020, 2021 e 2022. Segundo o fisco, no entanto, a alteração que passa a valer a partir de agora tem como objetivo permitir que, desde o início do prazo de entrega, todos os contribuintes possam ter acesso à da declaração pré-preenchida do IR.

Como a maioria das informações sobre a renda do contribuinte só chega à Receita no final do fevereiro, prazo que as empresas têm para entregar as declarações de pessoas jurídicas, o prazo maior fará com que a campanha do Imposto de Renda já comece com todas as funcionalidades oferecidas a todos os contribuintes. Em 2022, a liberação foi em partes.

"A [declaração] pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte", diz o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, supervisor nacional do IR.

As regras de preenchimento do documento serão anunciadas pela Receita no final deste mês. No entanto, elas não devem ser muito diferentes das do ano passado, pois estão atreladas à legislação própria do sobre o tema.

Embora o Congresso deva debater em breve uma proposta de **reforma tributária** que inclua o Imposto de Renda, as mudanças não devem valer para a declaração deste ano, que tem como base o ano de 2022.

A tabela de descontos do não foi atualizada pelo governo no ano passado. Com isso, deverão ser obrigados a declarar o IR em 2023 os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022, o que inclui salário e aposentadoria, por exemplo.

A nova modalidade de preenchimento começou a

funcionar em 2022, mas estava disponível apenas para contribuintes com conta prata ou ouro no portal Gov.br. Ao todo, 10 milhões cidadãos foram beneficiados. O acesso ao documento pré-preenchido é feito no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**), pelo programa instalado no computador ou por celular ou tablet, por meio do app Meu Imposto de Renda.

As principais fichas estão preenchidas. A primeira delas é a de informações do contribuinte, que vêm com os dados declarados à **Receita Federal** no ano anterior. Se há dependentes, os nomes e dados dos documentos deles também estarão na ficha "Dependentes".

O contribuinte consegue, no entanto, incluir ou excluir informações. É muito importante conferir todos os dados antes de enviá-lo ao fisco, porque são de responsabilidade do cidadão, e podem fazer com que a pessoa caia na malha fina.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50188&maxTouch=0&_ga=2.249051333.391898770.1676265562-1380897342.1635735907

Governo fecha acordo com OAB e mantém voto de qualidade no Carf

**MARCELA VILLAR / COLABOROU ANTONIO TEMÓTEO/
BRASÍLIA**

O governo federal fechou ontem acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o alcance do chamado voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Em caso de empate nos julgamentos do conselho, o voto se mantém a favor do Fisco, mas não será aplicada multa aos contribuintes, como antecipou o Estadão. Ao pagamento da dívida será acrescida somente a taxa básica de juros, a Selic - hoje em 13,75% ao ano.

Além disso, as multas já aplicadas em casos antigos serão extintas.

Outras ponderações acatadas pelo governo são o prazo de três meses para que o contribuinte e a Fazenda possam negociar o parcelamento da dívida em 12 meses. Se o contribuinte decidir pagar e não questionar a dívida na Justiça, ainda haverá supressão dos juros. Isso vale tanto para casos a serem julgados quanto para os passados.

STF. Ainda ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da OAB, Roberto Simonetti, e o presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB, Marcus Vinicius Coelho Furtado, entregaram uma petição que formaliza o acordo ao relator do caso, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A OAB havia enviado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ao STF para derrubar a medida provisória (MP) de Haddad em 31 de janeiro.

Agora, o objetivo é pedir que Toffoli considere as condições desse acordo na análise da ação. A OAB deve fazer isso via liminar na ADI para que a MP seja interpretada com base no acordo. Uma emenda com esses termos também será encaminhada ao Congresso.

"Estamos falando aí de 130 empresas que respondiam por metade do estoque em valor do **Carf**, 130 empresas respondiam por R\$ 600 bilhões no **Carf**. Foi uma polêmica muito grande. Eu acho que todos nós aprendemos com a situação e encaminhamos, então,

ao STF (o acordo) com o entendimento que tem a vigência enquanto durar a medida provisória no Congresso Nacional, porque, evidentemente, o Congresso vai ter o seu tempo agora para deliberar sobre o assunto", disse Haddad.

Para o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), ainda é preciso negociar um acordo com os parlamentares. "É preciso evoluir nas negociações", diz o deputado, autor de uma das dezenas de emendas à MP de Haddad.

"Todos aprendemos com a situação e encaminhamos ao STF (o acordo) com o entendimento de que tem a vigência enquanto durar a MP no Congresso" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-02-15>

"Pacote de Haddad é band-aid e não resolve 2024", afirma Mendes



Marcos Mendes: novo arcabouço fiscal deve ter "regra bastante frouxa, com excesso de cláusulas de escape"

Marta Watanabe De São Paulo

O déficit primário do governo central só será de 1% do **PIB**, dentro da meta anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se a **inflação** acelerar, for para mais de 6%, ficar desancorada e sair da rotadeconvergênciaparaas metas do Banco Central (BC), diz Marcos Mendes, pesquisador do Insper. Sem a **inflação**, diz ele, o déficit deve ficar em 1,5% do **PIB** em 2023.

O problema é queainflação éco-mo uma droga, que inicialmente ajuda nas receitas, "começa com um barato, mas depois vêm a re-bordosa, a ressaca", diz. O risco é de piora do quadro fiscal em 2024, quando a **inflação** trará efeito nos gastos e na economia. Para Mendes, o pacote divulgado por Haddad, com meta de déficit primário entre 0,5% e 1% do **PIB** em 2023, foca em receitas e é muito otimista. Além disso, afirma, há um total de R\$ 53,9 bilhões em gastos já definidos pelo Congresso e que precisam entrar no orçamento. O pacote, aponta, coloca um "band-aid" neste ano, mas não resolve 2024 em diante. O déficit primário em 2024, diz, pode chegar a 1,6%do **PIB**.

Segundo o ex-assessor especial do Ministério da Fazenda na gestão de Henrique Meirelles e Eduardo Guardia - de maio de 2016 a dezembro de 2018, período em que foi aprovado o atual teto de gastos -, o novo arcabouço fiscal prometido, portanto, diz, deverá

ter "regra bastante frouxa, com excesso de cláusulas de escape". "Não dá para esperar muito vindo de um governo que acha que gastar mais vale a pena." A **reforma tributária** sobre consumo, defende Mendes, é o "grande ativo desse governo", mas precisa ser aprovada no primeiro semestre de 2023. Caso isso não aconteça e o quadro fiscal piore ao fim do ano, há risco de a reforma ser superada entre as prioridades legislativas por "remendos tributários" para garantir receitas.

O governo, afirma ele, gasta energia na direção errada com a briga com o BC. "Há uma avenida aberta para o governo gerar boas notícias." Por exemplo, na área ambiental, aproveitando que "o presidente [Lula] tem aceitação internacional enorme" para conseguir financiamentos à preservação ambiental no Brasil, além de regular novas fontes de energia. "São temas sobretudo que ajudam a unificar o país. Quando as baterias vão para o lugar errado, perde-se o senso de prioridade, de urgência onde há oportunidade para avançar." A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Como o sr. avalia o quadro fiscal do governo central em 2023?

Marcos Mendes: Em 2022 tivemos superávit primário, mas os principais itens de crescimento de receita de 2022 não vão se repetir. A arrecadação de IR e CSLL [Impos -to de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido], além de royalties, por exemplo, foi influenciada por alta de preços de commodities. A experiência histórica mostra que esses preços não ficam altos pelo resto da vida. Houve também aumento de recursos de dividendos e participações de estatais, além concessões de serviços públicos, receitas que não devem se repetir porque o governo jádis-se que mudará essas políticas. Na despesa, poucos itens seguraram o gasto em 2022, como a não correçãorealdo salário mínimo.Estáre-solvido que terá correção real. E o congelamento de salários dos servidores, para o qual foi anunciada política permanente de reajuste, o que impactará 2023 e os anos à frente. Em cima de tudo isso veio a PEC da Transição colocando 2% do **PIB** a mais de despesa-R\$ 200 bilhões -mais uma superestimativa na correção do teto de gastos com IPCA inflado pelo Congresso. Há tendência de piora do resultado.

Valor: E qual o efeito do pacote divulgado em janeiro?

Mendes: O pacote tem meta de chegar a um déficit primário de até 1% do **PIB**. O problema é que, de forma estrutural, o ajuste está pelo lado da receita, sem conter despesas, nosso grande problema fiscal. Há também números muito otimistas. Por exemplo, falam que renegociar contratos vai reduzir em R\$ 25 bilhões a despesa em 2023. Isso é mais de 10% de toda a despesa discricionária, que é onde se pode renegociar. Difícilmente vão conseguir isso. Outro problema é eles dizerem que não vão executar integralmente o Orçamento. Não há respaldo legal para isso. A Constituição explicita que o Orçamento deve ser integralmente executado a menos que haja risco de descumprimento de regras fiscais. Mas como jogou-se o teto de gastos para cima com a PEC da Transição e abriram várias exceções no resultado primário, dificilmente um desses limites será restritivo. E tem a ideia de arrecadar mais mudando a regra do **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]**, uma grande interrogação.

Valor: Isso não será viável?

Mendes: O que parece é que não dá dinheiro de imediato, porque, se o **Carf** passa a decidir contra o contribuinte, o contribuinte pode ir à Justiça e não entrará dinheiro em caixa imediatamente. Outro problema no pacote é que foca em fechar a conta de 2023. Em 2024 os problemas voltam. Por exemplo, boa parte do incentivo à denúncia espontânea entrará em 2023.

Valor: Mas então não será possível o déficit primário de 1% do **PIB**?

Mendes: Se mesmo com todo otimismo e falta de respaldo legal chegarmos a isso, ainda assim não será 1% do **PIB** porque há uma série de despesas já definidas no Congresso que não estão no Orçamento e vão precisar entrar. Por exemplo, o piso da enfermagem, cujo custo ficou com a União, trará mais R\$ 16 bilhões em despesa [ver quadro ao lado]. Somando tudo que já é despesa contratada e precisará entrar no Orçamento, o déficit primário de 2023 sobe a R\$ 159 bilhões, o que dá 1,5% do **PIB**.

Valor: O senhor considera possível nova rodada de ajuste?

Mendes: É cada vez mais improvável, dado os discursos do presidente e seus líderes políticos. Medidas adicionais que poderiam ajudar no ajuste têm grande dificuldade política. São medidas como reoneração de PIS e Cofins na gasolina, etanol e outros combustíveis. Há também a reoneração do IPI, que teve alíquotas reduzidas em 2022 e que o próprio Alckmin [vice-presidente, Geraldo Alckmin] disse que não vai acontecer. Poderia haver redução de

benefícios tributários, aqueles que todo mundo diz que quer acabar, mas ninguém acaba. Com a reforma do Bolsa Família para reduzir os vazamentos do programa, seriam R\$ 10 bilhões. O governo pode até fazer isso, mas o dinheiro que sobrar vai para outros benefícios, não será economizado. Manutenção do salário mínimo em R\$ 1.302, e não reajustar em maio para R\$ 1.320. E dar vazão ao empoçamento de recursos de todo fim de ano. Com essas medidas muito difíceis de fazer, o déficit primário de 1,5% poderia cair para 0,8% do **PIB**.

Valor: A reoneração de PIS e Cofins em gasolina e álcool foi colocada no pacote de janeiro, não?

Mendes: Está na conta do pacote, mas no anúncio o ministro [Haddad] falou que a medida não entrava naquele momento. Agora estão dizendo que a partir de março haverá a reoneração. Vamos ver se não há reviravolta política. Ainda coloco na conta da incerteza. Com todas essas medidas politicamente difíceis, 2023 fecharia com déficit de 0,8% do **PIB**, mas ainda não resolveria 2024 em diante. Na hora que eu tento verificar o déficit mais permanente, pego esse 0,8% do **PIB**, tiro as medidas que só têm impacto em 2023 e coloco as despesas permanentes, chego a um déficit de 2024 em diante de 1,6% do **PIB**. O pacote está tentando colocar um band-aid em 2023 e não resolve 2024 em diante. E temos outros problemas, como os precatórios, que estão se acumulando. Se eu colocar isso, o déficit primário efetivo, digamos, vai a quase 2% do **PIB** a partir de 2024.

Valor: Então em 2023 o déficit mais factível é de quanto?

Mendes: Sem efeito inflacionário o déficit em 2023 fica na casa de 1,5% do **PIB**, algo como R\$ 160 bilhões. Só ficará em 1% do **PIB** com **inflação** mais alta, outra forma de financiar o déficit. Se o presidente continuar atacando o Banco Central, se deteriorar as expectativas e o BC não conseguir segurar isso, mesmo com juros mais altos, teremos **inflação** mais alta, o que no primeiro momento ajuda as contas públicas porque a arrecadação reage de imediato. As despesas demoram a reagir, vai se corroer salários, pagamento a fornecedores e a parte da dívida pública não indexada à **inflação**. A **inflação** é mais ou menos como uma droga. No primeiro momento dá o barato e depois vem a rebordosa, a ressaca, a dependência, os problemas.

Valor: E isso levaria o déficit primário acima de 1,6% do **PIB** em 2024?

Mendes: Sim, porque vem todo o impacto da **inflação** na despesa, toda a deterioração econômica associada a ela. O país cresce menos, se arrecada menos.

Valor: Isso seria com aceleração de **inflação** para quanto?

Mendes: Difícil dizer, mas com o IPCA chegando a 6% ao ano e passando disso, desancorando e perdendo a trajetória convergente para a meta do BC. O problema é o que significa déficit nessa magnitude. Para estabilizar a dívida líquida, hoje em 57,5% do **PIB**, precisamos de superávit primário de cerca de 2% do **PIB**. Se tiver déficit de 1,5% do **PIB**, precisaremos de ajuste de 3,5% do **PIB**, algo como R\$ 360 bilhões ou R\$ 370 bilhões. Um ajuste que não dá para fazer sem forte reforma fiscal e não se faz de uma hora para outra porque a despesa é muito rígida. A consequência é que a dívida vai subir, a expectativa interna da condição de solvência do governo vai piorar e as taxas de juros de longo prazo vão subir, elevando também a despesa com juros. Na verdade, os juros já estão subindo. Na NTN-B do Tesouro que vence em 2035 a taxa paga além do IPCA já está acima da faixa de 6,5%, caminhando em direção ao pico da remuneração desse título, que foi de 7,8% acima da **inflação**, exatamente no auge da crise do governo Dilma.

Valor: Isso deve acontecer no decorrer desse mandato?

Mendes: Se não mudar o rumo do que está sendo anunciado, teremos muito problema fiscal e muito problema com **inflação**. Não é só o enfrentamento agressivo do presidente em relação ao BC. Há coisas já consolidadas, como uma política permanente de aumento real do salário mínimo, o programa Desenrola, para refinanciamento de dívida das famílias, que vai na direção contrária do que um banco central faz quando sobe juros. Isso terá custo fiscal alto, porque o garantidor final vai ser o Tesouro. Há a retomada do BNDES. Por mais que se diga que não haverá subsídio no crédito, o que o presidente tem falando aponta para subsídio creditício. É claro que dificilmente voltamos para o BNDES com o nível de desembolso de 2013, mas no mínimo o BNDES vai expulsar do mercado a parte privada de financiamento de longo prazo. Há também sinalização de interferência nos preços dos combustíveis. Dado o perfil do presidente da Petrobras, o que deve caminhar é o fundo de estabilização de preços. A maioria dos países que tentaram fazer isso já recuou porque o custo fiscal é alto. A ideia do fundo é ser alimentado pelo Tesouro e os recursos subsidiam o preço da bomba quando o preço do combustível sobe muito. Quando o preço cai, a ideia é não baixar o preço na bomba e com isso se re-capitaliza o fundo. O problema é que, prática, quando o preço do combustível sobe, há todo incentivo político para fazer o subsídio. Mas na hora que o preço cai, é muito

menor o incentivo para manter o preço mais alto. Aí o fundo fica sempre furado. Outro problema é que o sobe e desce de preço de commodities não é rápido, o que pode demandar capitalização do fundo várias vezes.

Valor: E um novo arcabouço fis-cal poderia ajudarno ajuste?

Mendes: Os economistas do PT e alguns líderes do governo pensam que o gasto público não gera efeito negativo, só gera crescimento. Que o governo é que precisa puxar economia e não o aumento de produtividade e maior eficiência do setor privado. Não dá para esperar muito vindo de um governo que acha que gastar mais vale a pena. Um novo arcabouço fiscal teria por objetivo impedir a dívida pública de crescer fortemente. Houve um discurso fortíssimo contra o teto de gastos, mas no fundo o arcabouço fiscal é uma forma de limitar gastos. Como eles se colocaram contra, farão teto de gastos com a cara deles, de quem não gosta de limitar gastos. Então deverá vir uma regra frouxa, com excesso de cláusulas de escape. Alguma coisa do tipo: se o **PIB** cair, pode gastar mais para recuperar a economia. Se o **PIB** subir, se gasta mais porque entrou mais dinheiro.

Valor: E reforma tributária? Há riscos de ficarmos com mudanças pontuais para elevar arrecadação?

Mendes: A **reforma tributária** sobre consumo é o grande ativo e a grande oportunidade desse governo, é nisso que precisa se investir agora. Deve ser priorizada a reforma do consumo porque, como Ap-py [Bernard Appy, secretário especial de **reforma tributária**] tem falado, é uma discussão que está mais madura. Há resistências pontuais que precisarão ser levadas ao Congresso, mas é uma tramitação que pode ser mais fluida. É uma reforma que pode melhorar a produtividade, o potencial de crescimento da economia em 10,15, 20 anos. Mas ela precisa tramitar e ser aprovada logo porque no segundo semestre a situação fiscal tende a se agravar. E aí para fechar aquele déficit de 1% do **PIB**, o governo pode ter que tentar aumentar **tributos**. E aí uma reforma estrutural, como a tributária, sai da prioridade legislativa e entram remendos tributários do regime atual.

Valor: Mas é factível apresentar e aprovar no primeiro semestre?

Mendes: Esta é a expectativa que foi apresentada na semana passada, em evento, pelo secretário Appy. Espero que dê certo.

Valor: E a pressão para se discutir reforma na tributação da renda?

Mendes: Há uma discussão de por que não tramitar junto a reforma no IR. Um problema é que há, obviamente, resistências à reforma do consumo, já bem mapeadas. Mas há resistências maiores ainda em relação à reforma da tributação da renda, porque ainda não foi muito discutida e aplainada. Se as duas reformas tramitarem juntos, o que pode acontecer é a união daqueles que são contra uma com aqueles que são contra a outra.

Valor: E o embate de Lula com o Banco Central pode ser superado?

Mendes: Quando Haddadanunciou o pacote fiscal, me impressionaram as afirmações muito duras em relação ao BC. O primeiro a levantar a voz contra o BC não foi Lula, foi Haddad. Talvez o ministro esteja refluindo agora, mas isso precisa ficar registrado. O governo está gastando energia com a coisa errada, com toda essa briga com o BC e esse discurso contra a estabilidade fiscal. Há uma avenida aberta para o governo gerar boas notícias. Por exemplo na área ambiental. O presidente tem uma aceitação internacional enorme. O governo devia estar fazendo força-tarefa para encontrar formas diferentes de financiamento estrangeiro para preservação ambiental no Brasil. Seja por doação, seja por bônus com custo mais baixo. E ao mesmo tempo regulamentar novas formas de geração de energia, como eólica, solar, de hidrogênio, melhorar o marco legal da energia, que é uma teia de subsídios. Somos um país rico em fatores de geração de energia e temos energia cara porque há vários setores subsidiados. É preciso mostrar progressos claros na melhoria do ensino básico. Essas coisas já fariam um grande governo. São temas sobretudo que ajudam a unificar o país. Quando as baterias vão para o lugar errado, perde-se o senso de prioridade, de urgência onde há oportunidade para avançar.

Inflação é mais ou menos como uma droga. No primeiro momento dá barato e depois vem a ressaca, a rebordosa"

O governo está gastando energia com a coisa errada, nessa briga com o BC nesse discurso contra a estabilidade"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

'Pacote de Haddad é band-aid e não resolve 2024', afirma Mendes

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187461>

Déficit primário

Despesas que podem impactar resultado de 2023*

Conta	R\$ bilhões	
Déficit primário factível segundo Ministério da Fazenda	-104	
Lei Paulo Gustavo - não orçado, a pagar com Restosa a Pagar (RAP), afetando o resultado primário		-3,9
Lei Aldir Blanc II e Perse (não incluídos)		-5
Piso enfermagem fora do teto (EC 127/22)		-16
Compensação aos Estados - Saúde, Educ, Fundeb (queda veto art. 14 LC 192/22)		-25
Créditos extraordinários a pagar como RAP		-5
Déficit primário em 2023 caso as medidas do governo tenham o resultado previsto	-158,9	

1% do PIB é o déficit esperado pelo Ministério da Fazenda para 2023 com a adoção das medidas do pacote anunciado em janeiro

1,5% do PIB é a projeção considerada mais factível pelo economista Marcos Mendes para o déficit primário de 2023

Fonte: Marcos Mendes

Receita Federal do DF apreendeu mais de R\$ 512 milhões em mercadorias de empresas que sonegavam o ICMS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/02/15/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-06.21.50-06.23.48-1676456215.mp3](#)

Reforma tributária prevê "cashback de imposto" para os mais pobres, diz Appy

Thiago Bethônico

O secretário especial do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse nesta terça-feira (14) que a **reforma tributária** prevê um sistema de devolução de tributo para as famílias de baixa renda -que vem sendo chamado de "cashback de imposto".

"É uma forma muito eficiente de fazer política distributiva, e temos certeza de que, com esse mecanismo, o impacto da **reforma tributária** -ainda que o objetivo principal seja estimular o crescimento- vai ser positivo do ponto de vista distributivo", disse durante evento do banco BTG.

O secretário explicou que a definição do público-alvo será feita posteriormente, mas citou exemplo de pessoas cadastradas no CadÚnico, e que poderiam ter de volta o imposto correspondente ao gasto com cestas básicas.

"Para os 10% mais pobres [da população], o efeito disso é maior do que desonerar completamente a cesta básica."

Segundo ele, a medida visa desonerar a pessoa em vez do produto, o que acaba tendo um efeito mais justo, dado que a parcela mais rica da população também é beneficiada com isenções, sem que haja necessidade.

Durante o evento, Appy afirmou que os mais ricos não serão prejudicados pela **reforma tributária**, mas serão menos beneficiados que os mais pobres.

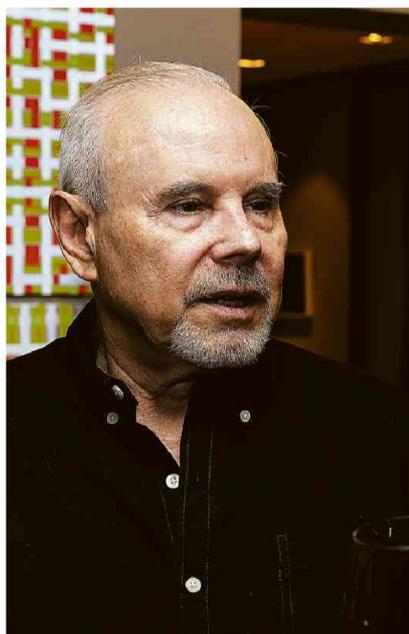
Ao falar sobre resistências que o tema deve sofrer no Congresso Nacional, o secretário disse que a reforma é um jogo de soma positiva, em que toda a sociedade ganha, mas com benefícios maiores para a população com menos renda e para os estados e municípios que hoje são desfavorecidos.

"É um jogo que os mais pobres ganham mais do que os mais ricos, e é uma mudança em que as unidades federativas mais pobres são mais beneficiadas do que as mais ricas", afirmou. "Significa que os mais ricos vão ser prejudicados? Não, eles serão menos beneficiados do que os mais pobres."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50188&maxTouch=0&_ga=2.249051333.391898770.1676265562-1380897342.1635735907

Banco Central e mercado estão chantageando o governo



Alexa Salomão

Na avaliação do ex-ministro da Fazenda e economista Guido Mantega, o Banco Central (BC) adotou a taxa básica de juros como instrumento de pressão para forçar a permanência de uma política fiscal arrojada, nos moldes **impostos** pelo teto de gastos, que o governo já avisou que vai descartar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) percebeu o recado e está coberto de razão em reagir contra Roberto Campos Neto, afirma Mantega.

A discórdia escalou após o **comunicado** divulgado em 1º de fevereiro pelo Copom (Comitê de Política Monetária). O texto, considerado hostil entre os apoiadores do presidente, destacou que "elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais que implicam sustentação da demanda" obrigavam a instituição a manter o juros em 13,75% por mais tempo.

"Acho que é arrogância do Banco Central dizer "se você não fizer a política fiscal que acho adequada, vou manter os juros altos". Um sujeito que não foi eleito, simplesmente foi nomeado, pode falar grosso com o presidente?", questiona Mantega.

Ele, que por nove anos foi integrante do CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão responsável

pela fixação da meta de **inflação**, também está no grupo que defende a revisão das metas atuais, por considerá-las irrealistas e parte do problema dos juros elevados.

O sr. ainda é conselheiro econômico do presidente Lula? Continuo como sempre fui desde os anos 1990. Às vezes, ele me consulta, e eu mando mensagens para ele. Não tenho falado nos últimos dias. Desde que começou o governo, ele ficou numa situação complicada, e teve o 8 de janeiro [quando ocorreram os atos golpistas de bolsonaristas].

O que houve para ele ficar tão irritado com o presidente do Banco Central, inclusive se referindo a Campos Neto como "aquele cidadão"? A irritação tem fundamento. Lula sempre foi sensato. Perdeu as estribeiras porque ficou nervoso com a situação. Ele está vendo onde vai dar.

O presidente Lula assumiu o compromisso de estabelecer um novo pacto social, para termos um país crescendo, distribuindo renda, e também com aumento dos investimentos e dos lucros. A política monetária, como está, atrapalha esse crescimento.

A situação das Americanas não é só fraude fiscal, ela e outras empresas estão aí para mostrar o efeito da contração do crescimento e do consumo. Houve redução das compras. Uma taxa de juros desse tamanho também afeta os investimentos. Já está caindo o investimento no setor imobiliário. O custo do financiamento subiu e as pessoas não assumem crédito com essa taxa.

Ela afeta o Estado também. De um lado, a arrecadação cai, de outro, o custo da rolagem da dívida é de 6% a 7% do **PIB** ao ano. Em 2022, custo financeiro foi de R\$ 600 bilhões.

Mas tivemos apenas um mês de governo, uma única reunião do Copom. Já dá para ficar irritado? Veja, ele está preocupado porque as decisões do Banco Central têm um efeito de longo prazo. Tivemos uma redução da **inflação**. Foi de de 10% para 8,8%, apesar de o governo Bolsonaro ter injetado R\$ 300 bilhões na economia. O governo retirou os **tributos**, e os preços das commodities também cederam. A **inflação** caiu por isso, não por causa desse elevada taxa de juros.

Estamos começando o ano com queda de crescimento e no emprego. Não é um cenário, digamos, alvissareiro, e aí o Banco Central diz que vai manter a taxa de juros em 13,75%.

O BC alega que o cenário fiscal é incerto, e o governo ainda não encaminhou a nova regra fiscal. Não deu tempo, mas o ministro Fernando Haddad [Fazenda] até disse que vai antecipar a apresentação para abril, bem antes do prazo final previsto.

A Fazenda já tem inúmeras propostas de mudança da regra fiscal, mas o ministro disse que primeiro apresentaria o pacote de aumento de receita e a **reforma tributária**, deixando a discussão do novo arcabouço para depois. Se a ordem tivesse sido outra, talvez a conversa agora com o BC não estaria sendo diferente? Foi apresentada e aprovada uma PEC prevendo R\$ 167 bilhões para este ano. A situação fiscal está definida. Sabemos qual vai ser o gasto acima do teto, que é abaixo dos R\$ 300 bilhões que gastou o Bolsonaro. Haddad está dizendo que vai reduzir o déficit do ano em 1%. Nada indica que o governo será irresponsável. A economia está desacelerando e a trajetória da **inflação** é de queda.

Por que a gente vai achar que isso é inflacionário? Por que as expectativas se moveram? Desculpe, isso é previsão técnica malfeita.

E o que explica a taxa em 13,75%? Hoje, 90% das principais economias estão com taxa de juro real negativa. Não estou falando da Turquia, que tem **inflação** de 68% e uma taxa de juros de 1%. Estou falando da União Europeia, que tem uma **inflação** de 7%, 8% e está com uma taxa de juros real negativa de 5%. Estou falando dos Estados Unidos, que tem **inflação** de 6% e taxa de juros de 4,75%.

Não estou dizendo para não combater a **inflação**. Quando tem **inflação**, precisa subir as taxas de juros, mas em que medida?

Jerome Powell, presidente do Fed, o banco central dos Estados Unidos, vinha aumentando 0,5 ponto percentual e agora aumentou 0,25. A **inflação** caiu de 9% para 6%. Ele está sendo prudente. Não se brinca com taxa de juros. Se usar mal, é mortal para a economia. Aqui está esse exagero. O Brasil tem a maior taxa de juros real do mundo, 8%. Por quê? Será que todos os outros presidentes de bancos centrais são incompetentes?

O sr. está dizendo que o comitê de política monetária do Banco Central não está sendo técnico e fala de um risco fiscal que não existe? Estou dizendo que está exagerando. No **comunicado**, o Banco Central falou de forma agressiva. Ele é que está agredindo e

ameaçando. Ele está querendo fazer política fiscal. A função do Banco Central é cuidar da política monetária.

O que foi considerado agressivo no **comunicado**? Sinalizar que manteria essa taxa alta por muito tempo porque a política fiscal poderia ser expansionista. Acho que é arrogância do Banco Central dizer "se você não fizer a política fiscal que acho adequada, vou manter os juros altos". Um sujeito que não foi eleito, simplesmente foi nomeado, pode falar grosso com o presidente?

O Banco Central é independente, mas não pode ser utilizado como instrumento de pressão e ficar alheio ao que o governo está fazendo e esperando da economia.

E as contas do setor financeiro estão erradas e criaram a expectativa autorrealizada de que os juros futuros vão subir. E subiram. Estão fazendo uma espécie de terrorismo. O Banco Central está sintonizado com o mercado financeiro, que está forçando uma situação.

Aí é fácil ser presidente de Banco Central. Tem uma **inflação** caindo, mas não, diz que vai manter os juros em 13,75% para ancorar as expectativas. O que o Banco Central está fazendo é orientar as expectativas, e o mercado percebe isso.

O sr. está dizendo que o mercado trabalha com uma suposição de que o governo será gastador? Sim, o mercado está supondo que o governo poderá ser gastador. Na verdade, está fazendo uma chantagem para obrigar o governo a fazer a regra fiscal que ele quer. Quer substituir o teto de gasto por outra regra parecida com o teto. Tem esse braço de ferro também.

E ainda tem a questão da meta de **inflação**, totalmente irrealista. Tanto é assim que faz dois anos que ela não é alcançada. Um centro da meta de 3,25% para o ano 2023 não será alcançada. Serão três anos consecutivos com o BC mandando a cartinha para explicar porque não cumpriu.

Bom, por que não fazer ajuste?

Mas alterar a meta de **inflação** agora, no meio desse estresse, não vai ser pior? Revisão da meta de **inflação** está prevista na lei, e várias vezes ela foi mudada. Acho que a meta de 4% é mais correta. O BC vai continuar perseguindo a meta de **inflação**, mas pode ir mais devagar. Qual seria a diferença de ter uma taxa de 12,5% por exemplo? A contração financeira não ia continuar?

Eu acho que tudo isso está demonstrando que a

independência do Banco Central foi mal implementada. Não funciona.

O fato de governo e BC não conseguirem em um mês um certo alinhamento, nesta primeira experiência de BC independente, já é uma comprovação de que deu errado? O Lula não é contra a independência do Banco Central. Sem lei, ele praticou. Mas o Banco Central não ficava dissociado do governo. Havia uma tentativa de sintonizar, para não ficar uma coisa sem pé nem cabeça.

Acho que o mandato pode ser junto com o do presidente. Foi fácil para o Bolsonaro criar esse modelo de independência porque colocou uma pessoa da confiança dele, alinhado com a política do Paulo Guedes.

Agora, governo novo ter de conviver com um BC não sintonizado, que toma decisões sem sentido, como manter essa taxa de juros, aí não funciona. Paralisa o país. Nem sei se é possível mudar agora, mas acho que seria o ideal.

Nos Estados Unidos, o novo governo fica um ano com o presidente anterior do Banco Central. Aqui no Brasil, você precisa ficar dois anos com um Banco Central hostil à política do governo.

O sr. sabe que na reunião do Copom, não prevalece a decisão do presidente. Sim. São 11 integrantes, mas a maioria vem do mercado financeiro e tem a mentalidade do juro alto. Mentalidade que, inclusive, só prevalece no Brasil. Juros altos prejudicam o mercado de capitais, coração de uma economia capitalista. Nos Estados Unidos, o setor financeiro ganha com ações, assim, a taxa de juros não sobe demais.

A história recente conta outra trajetória, não? Esse mesmo Banco Central do Campos Neto baixou os juros a 2%. E estava correto quando fez isso. Acho até que baixou demais. Podia ter ido a 5%. Mas ali ele foi ousado, porque o mundo entrou em crise e isso ajudou a economia a se recuperar, mas depois ele mudou de comportamento, não sei por que, e agora isso está sendo usado para obrigar o governo a fazer a política fiscal que o mercado quer. É o Banco Central entrou nessa. Banco Central tem que ter independência não apenas em relação ao governo, mas também em relação ao mercado financeiro.

Guido Mantega, 73

Natural de Gênova, na Itália, é doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela USP (Universidade de São Paulo), onde também cursou Economia e Ciências Sociais. Dedicado a vida acadêmica, é autor de

inúmeros textos e professor de Economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Filiou-se ao PT em 1980 e iniciou a carreira pública na gestão de Luísa Erundina na Prefeitura de São Paulo. Integrou a coordenação do Programa Econômico do PT na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 1989. Em 1993, passou a atuar como assessor econômico de Lula, com presença permanente nas campanhas do partido. Com o PT no governo federal, foi ministro do Planejamento (2003-2004), presidente do BNDES em 2005 e ministro da Fazenda (2006 a 2014).

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50188&maxTouch=0&_ga=2.249051333.391898770.1676265562-1380897342.1635735907

Rever meta de inflação é risco desnecessário (Editorial)

Está prevista para amanhã a primeira reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) deste governo. Em volta da mesa estarão o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Depois de repetidos ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do BC e dos acenos pacificadores de Campos Neto, Haddad retirou da pauta a discussão sobre mudanças nas metas de **inflação** para 2023 (3,25%), 2024 (3%) e 2025 (3%).

Em sua sucessão de diatribes contra a política monetária, Lula tem criticado as metas. Como o governo dispõe de dois votos no CMN, poderia, se quisesse, mudar os objetivos **impostos** ao BC. Em entrevista ao programa "Roda viva" na segunda-feira, Campos Neto tornou pública sua posição: afirmou que a eventual mudança traria prejuízos às expectativas de consumidores, empresários e investidores. Felizmente Haddad entendeu o aceno pacificador e, num gesto de reciprocidade, deixou de lado a discussão sobre as metas.

As razões de Campos Neto são procedentes.

Ao verem que o governo Lula aceita mais **inflação**, os agentes econômicos passam a apostar na alta dos preços, tornando mais difícil combatê-la.

Os mais prejudicados são os mais pobres.

O melhor é deixar a discussão sobre novas metas para a reunião do CMN em junho, quando será decidido o objetivo de 2026. Há argumentos para elevar metas futuras, levando em conta o cenário inflacionário global, mas não há nexo em mexer em meta de 2023, ano que já começou.

Na entrevista, Campos Neto foi conciliatório, se pôs à disposição para encontrar Lula e explicar o que for preciso.

É verdade que o Brasil tem os maiores juros reais do mundo -um freio aos investimentos. Mas, em dezembro, a meta era considerada viável, e a queda da Selic viria naturalmente a partir de junho, quando o novo governo tivesse consolidado sua credibilidade com reformas e uma nova âncora fiscal.

Em vez de cuidar disso, Lula e os cardeais do PT preferiram atacar Campos Neto misturando fatos e desinformação.

Escolhido por Bolsonaro para comandar o BC, ele cometeu erros condenáveis, como ir votar em outubro com camisa da seleção brasileira ou participar de um grupo de mensagens com ministros do antigo governo. Mas, no mais importante, sua atuação técnica, manteve independência.

Não há como argumentar que ele tenha favorecido Bolsonaro. Pelo contrário.

Em pleno ano eleitoral, com o então presidente desesperado para se reeleger, a Selic foi de 9,25% para os atuais 13,75%. Quando os bolsonaristas tentaram tirar proveito político do Pix, Campos Neto veio a público dizer que quem merecia aplauso era a equipe técnica do BC, que trabalhou anos no projeto.

Por fim, as atas do Comitê de Política Monetária (Copom) criticaram de modo incisivo os riscos fiscais das investidas contra o teto de gastos.

Ao apelar à camisa amarela e ao grupo de mensagens, Lula encontra um bode expiatório conveniente para a incerteza econômica. O melhor que pode fazer para facilitar a queda dos juros agora não é mudar a meta de **inflação**, nem criticar o BC. O governo já deveria ter **encaminhado** ao Congresso propostas de uma âncora fiscal confiável e de **reforma tributária**. Se houvesse clareza sobre esses pontos, a queda da Selic seria mera consequência.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Rever meta de **inflação** é risco desnecessário

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Reforma tributária e nova âncora abrem espaço para queda de juro, diz Esteves



Diagnóstico. André Esteves diz que é natural que Lula tenha ansiedade em atender a população, mas afirma não existir atalho

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

ivan.martinezvargas@edglobo.com.br SÃO PAULO

O presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual, André Esteves, afirmou ontem que há entre investidores estrangeiros boa vontade com o Brasil no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e que a crítica do presidente ao Banco Central "importa pouquíssimo" para o capital estrangeiro, além de não estar fazendo "quase nenhum preço" nos ativos brasileiros.

Os juros de fato estão altos, disse Esteves, em evento realizado pelo BTG Pactual em São Paulo, mas a redução só seria possível depois que o governo federal apresentar um novo arcabouço fiscal e impulsionar a **reforma tributária**.

- É razoável ter aperfeiçoamentos (no teto de gastos) desde que eles levem a uma trajetória previsível de dívida pública, que me parece ser a intenção de todos os atores envolvidos, inclusive do presidente da República. Isso vai trazer espaço para o BC reduzir juros -afirmou Esteves.

BASTA FAZER O MÍNIMO CERTO Esteves defendeu o sistema de metas de **inflação** e disse existir risco para o Brasil caso uma política monetária inflacionista seja adotada.

-Vejo boa vontade em todas as classes de investidores (...). O presidente (Lula) criticou o Banco Central. Importa pouquíssimo, não está fazendo preço ou não está fazendo quase nenhum preço. Agora, o tema

ambiental fez muito preço, o tema institucional (questionamentos de Bolsonaro sobre urnas e resultado da eleição) fez muito preço. Este ano, em Davos, já tinha essa compreensão e continuo a ficar surpreso ao interagir com colegas empresários e investidores globais com o quanto isso faz preço ou fez preço -afirmou Esteves.

O banqueiro ressaltou que basta fazer o "mínimo certo" para que haja uma reavaliação positiva dos ativos brasileiros. Esteves destacou, porém, que é importante que a política monetária seja preservada.

Sem citar Lula, o presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual refutou recentes declarações de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, teria algum viés ideológico que o levasse a postergar a redução da taxa básica de juros. Para Esteves, esse argumento de viés (ideológico) do BC é completamente sem sentido, beirando o absurdo.

Esteves se manifestou a favor do diálogo entre Lula e Campos Neto. Ele avalia que a conversa pode ser o caminho para melhorar o ambiente.

ANSIEDADE NATURAL No diagnóstico traçado por Esteves, é natural que Lula, pela própria trajetória, dê sinais de ansiedade no esforço para atender rapidamente a população. Ele classificou isso como "louvável e elogioso", mas diz que é preciso ficar atento ao risco de seguir atalhos que não levarão o país a lugar algum.

Esteves diz que a proposta de eliminar restrições fiscais para potencializar o crescimento econômico não foi seguida por países desenvolvidos. Ele pondera que países mais próximos desse tipo de iniciativa, como Turquia e Argentina, não estão entre os mais bem-sucedidos. E que fazer um julgamento racional não é difícil no momento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo decide elevar mínimo e tabela do IR

Matheus Schuch, Guilherme Pimenta, Fabio Murakawa e Estevão Taiar De Brasília

O governo federal decidiu que o salário mínimo, atualmente em R\$ 1.302, deve ser reajustado para R\$ 1.320 a partir de maio deste ano, segundo relataram fontes a par do assunto. Para evitar que o Imposto de Renda alcance um número maior de trabalhadores, também ficou acertado que a isenção alcançará o equivalente a dois salários mínimos (R\$ 2.640) em 2024. O Valor apurou que, embora tenha alertado sobre as restrições do Orçamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi orientado a priorizar esses temas.

Questionado na noite passada sobre o reajuste, Haddad se limitou a dizer que "o anúncio caberá ao presidente Lula". A equipe econômica já realizou os estudos de impacto das medidas, mas esses detalhes ainda não chegaram à mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Auxiliares do presidente alertam que o anúncio ainda não está próximo de acontecer porque é necessário ajustar despesas para o cumprimento do teto de gastos, ainda em vigor em 2023, e encontrar o espaço fiscal necessário para o reajuste. Pela regra, o governo não pode aumentar suas despesas acima da **inflação** do ano anterior.

Diante do temor do baixo crescimento econômico e de não conseguir dar sinais claros ainda neste ano de melhora na vida dos trabalhadores de baixa renda, Lula pretende utilizar a simbólica data de 1o de maio, Dia do Trabalho, para oficializar as medidas.

Até agora, a engenharia para viabilizar o aumento não está clara. No caso do IR, a mudança seria um paliativo enquanto não há margem para isentar quem ganha até R\$ 5 mil, outro compromisso firmado por Lula na disputa à Presidência. Para ampliação desse patamar, o governo considera necessário aprovar antes a **reforma tributária**.

Ainda que venha acompanhado de corte de despesas, o reajuste do mínimo é visto com desconfiança no mercado. Sócio e economista- chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros estima que o custo do reajuste dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 4,8 bilhões de maio a dezembro.

"O momento é inapropriado por várias razões. A âncora monetária, a única que restou, está sendo questionada, e não sabemos até agora qual será o arcabouço fiscal. Estamos caminhando para um equilíbrio de pior qualidade, com mais gastos, mais **inflação** e juros. A gente deveria estar fazendo o oposto e sinalizando com redução de despesas", opinou.

Além do reajuste neste ano, a retomada da política de valorização do salário mínimo é prioridade de Lula. O Ministério do Trabalho e Emprego montou um grupo para discutir o tema junto a centrais sindicais e promete apresentar um projeto com a modelagem desta política em até 90 dias.

Em entrevista ao Valor no início do mês, o ministro titular da pasta, Luiz Marinho, afirmou que, se ainda estivesse valendo a política de valorização criada no primeiro governo Lula, o mínimo valeria R\$ 1.396. À época, o reajuste considerava a **inflação** do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

Marinho defendeu que o modelo poderá ser repetido, mas ainda será fruto de discussões.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Reforma deve usar PECs já discutidas no Congresso, diz Appy



Bernard Appy: "Estamos hoje numa situação mais favorável para aprovação da reforma do que no passado"

Marta Watanabe De São Paulo

O secretário especial de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse acreditar que a **reforma tributária** sobre consumo a ser debatida no Congresso deverá ter como base os textos já discutidos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e PEC 110/19.

Segundo Appy, o governo federal deverá ter fóruns de discussão com Estados e municípios para criar convergência em relação à **reforma tributária**. Mas a tramitação e votação, com todas as discussões setoriais, reforçou o secretário, se dará no Congresso.

As declarações foram dadas em evento realizado na tarde desta terça-feira, 14, pelo BTG Pactual. "Estamos hoje numa situação mais favorável para aprovação da reforma do que no passado", disse ele.

No setor privado, defendeu Appy, há percepção das empresas de que o sistema tributário atual é "um fardo, um peso amarrado ao pé do empresariado brasileiro". Entre os entes federativos, diz ele, os Estados há dez anos ofereciam resistência e hoje há "maior compreensão" sobre o debate.

As duas propostas de **reforma tributária** consideradas mais importantes hoje, a PEC 45/19 e a PEC 110/19, segundo Appy, começaram mais divergentes e seus textos se aproximaram ao longo do

tempo. As versões mais recentes da tramitação legislativa das duas PECs, diz o secretário, são muito mais convergentes, o que é reflexo do amadurecimento do debate.

A construção de um projeto a ser debatido a partir de agora, acredita ele, considerará as duas propostas e isso acontecerá no Congresso, "para o melhor texto possível". A PEC 45/19 teve texto original elaborado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), do qual Appy foi diretor até o fim do ano passado. Appy se desligou da entidade para assumir o cargo atual no governo Lula.

Entre as principais diferenças entre a PEC 45/19 e a PEC 110/19, é que a primeira propõe que os **tributos** federais PIS, Cofins, IPI sejam aglutinados ao **estadual** ICMS e ao municipal ISS para compor um único IVA.

Já a PEC 110/19 estabelece um IVA dual, com um imposto de âmbito subnacional, de Estados e municípios, e outro de competência federal.

Para Appy, a reforma fará com que o Brasil migre da "pior tributação sobre consumo do mundo", para uma das melhores.

O novo IVA, segundo já proposto nas duas PECs, destaca, devem ser não cumulativos e devem ser cobrados no destino. Já em relação à uniformidade de regras, que pressupõe, entre outros, alíquota única, a definição se dará no Congresso. Deve ser aprovada, diz ele, a "regra mais homogênea possível", que será a construída no Congresso, onde serão debatidas as questões setoriais, com "mínimo possível de exceção", embora "algum ajuste sempre tem que ser feito para viabilizar aprovação".

Appy voltou a destacar que a reforma deve trazer maior eficiência da economia, com aumento do **PIB** potencial. Há, diz ele, resistências que deverão ser negociadas no Congresso, mas é essencial entender, defende, que a reforma tem efeito positivo, "de soma positiva, em que toda sociedade ganha e que os mais pobres serão mais beneficiados que os mais ricos, tanto do ponto de vista social como federativo".

Também participante do evento do BTG, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que o governo tem até o

fim de agosto para propor o novo arcabouço fiscal e que a ideia é definir a proposta antes do prazo final.

Ele também disse que o governo quer "responsabilidade social e ao mesmo tempo manter o fiscal em ordem". Uma das diretrizes é usar as melhores práticas internacionais para as "spend reviews", com monitoramento perene de gastos para verificar o atendimento dos objetivos das políticas públicas. Segundo ele, a ideia é mudar o paradigma porque hoje, quando se olha para essas políticas, é pela ótica da despesa e do espaço fiscal existente. O que se pretende fazer é analisar o resultado da política pública, para verificar se ela entrega o resultado esperado e qual espaço para aperfeiçoamento

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo vai anunciar reajuste médio de 40% em bolsas de pós-graduação

RENATA CAFARDO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai anunciar nesta quinta-feira um reajuste médio de 40% das bolsas de pós-graduação do País, cujo valor é o mesmo desde 2013. Segundo o Estadão apurou, o aumento, que passa a valer a partir de março, será diferente para cada categoria de auxílio. Mestrado e doutorado, por exemplo, devem ter os 40%, mas a bolsa de iniciação científica para o ensino médio pode mais que dobrar (hoje é de R\$ 100). A medida foi prometida desde a transição e o governo vinha sendo cobrado por estudantes e pesquisadores pela demora.

Atualmente, os auxílios de pós-graduação são de R\$ 1,5 mil para mestrado e R\$ 2,2 mil para doutorado. Eles devem ficar em R\$ 2,1 mil e R\$ 3,3 mil, respectivamente. Bolsas de pós-doutorado, de cerca de R\$ 5 mil, devem ter um reajuste menor. O governo pretende dar o aumento em março, mas retroativo a janeiro. Não há previsão de novo valor para médicos residentes, cujos auxílios foram reajustados em 2022. Lula fez questão de anunciar o pacote, que pode ainda incluir um aumento no número de bolsas, para relacionar uma valorização da educação e da ciência ao seu governo.

INVESTIMENTO. Só para os reajustes de mestrado e doutorado, a previsão de investimento é de R\$ 1 bilhão, que virá de remanejamentos do orçamento da União, segundo o Estadão apurou. A medida engloba os orçamentos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com aumentos nas bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente, são cerca de 200 mil bolsistas na Capes e 77 mil no CNPQ.

PERDAS. A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) pedia um reajuste de 75% para todas as bolsas, para compensar as perdas com a **inflação** dos últimos anos, mas comemorou o anúncio. De acordo com a entidade, desde 2013 o salário mínimo quase dobrou de valor, enquanto os auxílios continuaram os mesmos. "A gente reconhece a conjuntura econômica, mas pede que também seja anunciado um plano de outros reajustes no curto prazo. Esse precisa ser apenas o primeiro", diz o presidente da ANPG, Vinícius Soares. Segundo ele, a associação vai

reivindicar direitos trabalhistas para os bolsistas.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, o reajuste era uma "necessidade absoluta devido ao descompasso total em relação ao aumento do custo de vida nesses anos e a perda da atratividade da pesquisa científica, levando à evasão de cérebros". "Falta ainda aumentar o número de bolsas."

Mais bolsistas Lula ainda planeja um aumento no número de bolsas, de forma a criar uma marca para a gestão

Desenrola e programas de alívio financeiro (Artigo)

Lauro Gonzalez é professor da EAESP-FGV e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

O governo deve lançar em breve o Desenrola, programa de Lula para os endividados. Os detalhes práticos ainda não são conhecidos e o que se sabe vem de comentários esparsos de pessoas do governo e dos bancos. A ideia geral parece ser resgatar os negativados, ou seja, as pessoas excluídas do mercado por estarem com o nome inscrito nas centrais de risco de crédito, como Serasa e SPC. As dívidas em atraso com lojistas, concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras serão repassadas, com desconto e com o selo de garantia do governo, aos bancos que aceitarem participar do programa. Os juros cobrados serão menores porque terão risco mitigado pela garantia.

Em suma, trata-se de uma política de alívio financeiro (debt relief) de famílias superendividadas financiada pelo governo federal. O superendividamento - definido, sinteticamente, como uma situação na qual pessoas e famílias têm dívidas excessivas, ocasionando dificuldades persistentes de conciliar adimplência e despesas de subsistência - é um problema que assola inúmeros países, alguns dos quais têm adotado políticas de alívio financeiro, sobretudo no contexto da pandemia da covid-19. No Brasil, cerca de 70 milhões de pessoas estão negativadas, a grande maioria de baixa renda.

O governo anterior, vergonhosamente, botou lenha na fogueira do endividamento ao implementar o crédito consignado do Auxílio Brasil entre o primeiro e segundo turnos da eleição presidencial de 2022. Em menos de duas semanas, entre 10 a 21 de outubro daquele ano, foram aprovados R\$ 4,2 bilhões para 1,7 milhão de pessoas pobres ou extremamente pobres. Isso é, provavelmente, um volume maior de dinheiro do que aquele concedido em crédito para essa fatia da população durante os 4 anos sob Bolsonaro.

Estudo publicado recente-mente¹ faz uma revisão sistemática da literatura e classifica os fatores que explicam o superendividamento em três grupos. O primeiro se relaciona a fatores individuais que incluem renda, idade, educação financeira, questões psicológicas etc. O segundo grupo contém fatores ligados ao ambiente macroeconômico, tais como

crescimento da economia, **inflação**, taxas de juros, precarização do mercado de trabalho, regulação e direitos do consumidor. Por fim, o grupo abrangendo fatores ligados aos credores, como modelos de negócio, estratégias de marketing e manipulações de mercado. Como se vê, a questão é complexa e interdisciplinar, envolvendo tanto governo quanto atores de mercado.

É emblemático que, dos 136 artigos analisados no estudo acima, apenas dois tenham como foco os fatores ligados aos credores. Aparentemente, existe uma lacuna na literatura. São poucos estudos acadêmicos aprofundando, por exemplo, o chamado equilíbrio "phishing", situação na qual os consumidores são induzidos a tomar decisões que não estão alinhadas aos seus próprios interesses.

Problemas informacionais e vieses comportamentais dos consumidores são utilizados de maneira estratégica pelas empresas para obter lucro. Akerloff e Shiller explicam esse equilíbrio e exploram diversos exemplos no livro "Pescando Tolos".

No tocante aos resultados das políticas de alívio financeiro patrocinadas pelo governo, estudos recentes², com foco nos EUA, analisam programas de larga escala implementados durante a crise do subprime (2008) e da pandemia da covid-19 (2020). No primeiro caso, destacam-se programas nos quais subsídios foram utilizados para viabilizar modificações nas hipotecas residenciais, aliviando os compromissos financeiros associados à moradia de milhões de americanos de baixa renda. Durante a pandemia, implementou-se um programa mais amplo de alívio financeiro (Cares Act) que visava reduzir o ônus financeiro de vários tipos de dívidas/empréstimos. No auge desse programa, em 2020, 60 milhões de pessoas foram beneficiados pela economia de US\$ 43 bilhões obtida com a redução de pagamento das dívidas.

Vale lembrar que programas de alívio financeiro com recursos públicos impõem uma análise de custos e benefícios. Além do custo financeiro direto, é preciso considerar o problema do risco moral tanto de devedores quanto de credores, que podem mudar seu comportamento a partir da garantia do governo. Nos estudos empíricos, como quase sempre é o caso em economia, há resultados para todos os gostos. Para os

programas americanos, há evidências de benefícios ligados à suavização de consumo e menor inadimplência, sobretudo durante crises, assim como efeitos positivos ao mitigar disparidades raciais verificadas no superendividamento.

Voltando ao Brasil, os estudos disponíveis e o aprendizado vindo de iniciativas anteriores pode contribuir para o sucesso do Desenrola. Em primeiro lugar, os efeitos do superendividamento afetam as pessoas de diversas maneiras, tais como piora na saúde física e mental, dependência química, queda de consumo e aumento de pobreza. Portanto, os objetivos do programa precisam estar delimitados de forma a garantir transparência, articulação com outros programas e políticas e aperfeiçoamento ao longo do tempo.

Além disso, considerando as múltiplas causas que arrastam as pessoas para o endividamento insustentável, a retomada do crescimento e a recuperação do mercado de trabalho são fundamentais para que o Desenrola não seja uma política "enxuga gelo". Isso porque, quando utilizado como forma de complemento de renda para pagamento de gastos essenciais, o crédito acaba sendo o caminho certo para o superendividamento.

Quanto aos credores, sem a adoção de uma tecnologia de crédito adequada, o Desenrola pode ser como lançar uma boia salva vidas sem resgatar o naufrago do mar revolto. Temporariamente reincluídas no mercado, muitas pessoas voltarão ao mundo dos negativados. Nesse sentido, os dados mostram que o valor médio da dívida dos negativados é semelhante aos montantes de operações típicas de microcrédito, cuja tecnologia poderia ser utilizada no programa. Nesse sentido, o ideal seria envolver instituições que já detêm experiências exitosas, como é o caso do Banco do Nordeste.

Programas-piloto poderiam ser o início, sendo que a escala poderia ser ampliada rapidamente em um segundo momento, através de soluções digitais e articulação com demais atores do ecossistema de finanças inclusivas.

O êxito do Desenrola pode produzir efeitos benéficos para o mercado de crédito. Mas não será tarefa fácil...

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187461>